

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUFRJ

FASUBRA CUT

www.sintufrj.org.br

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ

Fotos: Cícero Rabello

TABELA SALARIAL

Veja como fica o salário de julho que será pago no início de agosto

Níveis		A				B				C				D				E			
Classes de Capacitação	Valor	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
Piso A1	P01 R\$ 888,16	1																			
	P02 R\$ 920,13	2	1																		
	P03 R\$ 953,25	3	2	1																	
	P04 R\$ 987,57	4	3	2	1																
	P05 R\$ 1.023,12	5	4	3	2																
Piso B1	P06 R\$ 1.059,95	6	5	4	3	1															
	P07 R\$ 1.098,11	7	6	5	4	2	1														
	P08 R\$ 1.137,64	8	7	6	5	3	2	1													
	P09 R\$ 1.178,60	9	8	7	6	4	3	2	1												
	P10 R\$ 1.221,03	10	9	8	7	5	4	3	2												
Piso C1	P11 R\$ 1.264,99	11	10	9	8	6	5	4	3	1											
	P12 R\$ 1.310,53	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1										
	P13 R\$ 1.357,71	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1									
	P14 R\$ 1.406,59	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1								
	P15 R\$ 1.457,23	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
Teto A1	P16 R\$ 1.509,69	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3	1							
	P17 R\$ 1.564,04	16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4	2	1							
	P18 R\$ 1.620,35	16	15	13	12	11	10	8	7	6	5	3	2	1							
	P19 R\$ 1.678,68	16	14	13	12	11	9	8	7	6	4	3	2	1							
	P20 R\$ 1.739,11	15	14	13	12	10	9	8	7	5	4	3	2								
Teto B1	P21 R\$ 1.801,72	16	15	14	13	11	10	9	8	6	5	4	3								
	P22 R\$ 1.866,58	16	15	14	12	11	10	9	7	6	5	4									
	P23 R\$ 1.933,78	16	15	13	12	11	10	8	7	6	5										
	P24 R\$ 2.003,40	16	14	13	12	11	9	8	7	6											
	P25 R\$ 2.075,52	15	14	13	12	10	9	8	7												
Teto C1	P26 R\$ 2.150,24	16	15	14	13	11	10	9	8												
	P27 R\$ 2.227,65	16	15	14	12	11	10	9													
	P28 R\$ 2.307,85	16	15	13	12	11	10	1													
	P29 R\$ 2.390,93	16	14	13	12	11	2	1													
	P30 R\$ 2.477,00	15	14	13	12	3	2	1													
Teto D1	P31 R\$ 2.566,17	16	15	14	13	4	3	2	1												
	P32 R\$ 2.658,55	16	15	14	5	4	3	2													
	P33 R\$ 2.754,26	16	15	6	5	4	3														
	P34 R\$ 2.853,41	16	7	6	5	4															
	P35 R\$ 2.956,13	8	7	6	5																
Teto E1	P36 R\$ 3.062,55	9	8	7	6																
	P37 R\$ 3.172,80	10	9	8	7																
	P38 R\$ 3.287,02	11	10	9	8																
	P39 R\$ 3.405,35	12	11	10	9																
	P40 R\$ 3.527,94	13	12	11	10																
	P41 R\$ 3.654,95	14	13	12	11																
	P42 R\$ 3.786,53	15	14	13	12																
	P43 R\$ 3.922,85	16	15	14	13																
	P44 R\$ 4.064,07	16	15	14																	
	P45 R\$ 4.210,38				16	15															
	P46 R\$ 4.361,95						16														

DVST entra em obras: Saiba como ficará o atendimento

A Divisão de Saúde do Trabalhador da UFRJ avisa que entre os dias 15 de junho e 6 de julho deixará de atender por motivo de obras de reforma no piso do andar térreo.

As licenças para tratamento de saúde, acompanhamento de familiares enfermos, gestantes e acidentes de trabalho serão atendidas após o término das obras, mediante a apresentação de documentação comprobatória (atestado do médico assistente, requisi-

ção de licença datada e assinada pela chefia, de acordo com a data do atestado e outros documentos pertinentes a cada caso).

Os atendimentos para fins de alta e retorno ao trabalho serão analisados e realizados das 8h às 13h, no segundo andar da DVST, com apresentação da documentação de rotina (alta do médico assistente).

Os casos não especificados serão analisados pela direção da DVST e pelas equipes de plantão.

Encontro de Serviço Social da UFRJ

O evento terá como pauta a V Jornada de Intercâmbio de Trabalhos de Serviço Social na Área da Saúde do Estado do Rio de Janeiro e a celebração do Dia do Assistente Social. A programação começa no dia 16 de junho e ter-

mina em 3 de julho. As atividades ocorrerão no auditório do Centro Cultural Horácio Macedo, na Cidade Universitária. Informações pelo site www.hucff.ufrj.br ou pelo telefone (21) 2562-2567.

TAs no CFCH

Nesta segunda-feira, 15 de junho, às 14h, o Conselho de Coordenação do CFCH se reúne na Decania (Praia Vermelha) para decidir

sobre a ampliação da representação dos técnicos-administrativos e de estudantes no Conselho de Coordenação do CFCH.

Lançamento de livro

Dia 19 de junho, às 11h, no auditório da Coppe, o engenheiro eletricista lança o livro *Setor Elétrico Brasileiro: Uma Aventura*

Mercantil. A obra é prefaciada por Luiz Pinguelli Rosa, coordenador dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Coppe.

Oficina Temática do Plano Diretor UFRJ 2020

Quarta-feira, 17 de junho, das 10h às 12h, no Salão Nobre

da Decania do CT - bloco A, 2º andar.

"Alternativa de esquerda à crise capitalista" e A Crise Estrutural do Capital

Estes são os temas do debate que a revista *Versus* realiza nos dias 23 e 24 de junho, no auditório Pedro Calmon (Praia Vermelha), às 18h30, com a participação, no primeiro dia, dos professores José Luis Fiori e Roberto Leher, da UFRJ; e Virgínia Fon-

tes, da UFF e Fiocruz; no segundo dia, de Mauro Iasi e José Paulo Netto, da UFRJ; e Maria Orlanda Pinassi, da Unesp. Na oportunidade será lançada a 13ª edição da revista *Margem Esquerda* e o livro *A Crise Estrutural do Capital*, de István Mészáros.

África no Brasil: Visão universitária

Nos dias 23 e 24 de junho, no Fórum de Ciência e Cultura, será realizado o primeiro encontro de estudantes africanos na UFRJ. O evento abre às 9h30 e a programação inclui várias atividades, como exposição dos países conveniados, colóquio, palestras de diplomatas, exibição de filme, apresentação de trabalho dos alunos conveniados, música e dança.

Conferência Nacional de Comunicação

A Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação, evento previsto para ocorrer em dezembro deste ano, realiza quinzenalmente reuniões abertas ao público. Sempre às segundas-feiras, às 19h, no Clube de Engenharia (Avenida Rio Branco nº 124 - Centro da Cidade). Participam como palestrantes dirigentes de vários sindicatos de categorias e dos jornalistas.

O Núcleo Piratininga de Co-

municação (NPC) também está promovendo encontros com o objetivo de qualificar militantes, estudantes, sindicalistas e qualquer pessoa interessada no assunto para participar das etapas preparatórias da conferência nacional. Este mês o próximo encontro é na quarta-feira, dia 24, quando será discutido o tema sobre concessões públicas de rádio e TV: "Que processos de concessão queremos?"

CATEGORIA

Reivindicações foram entregues a Aloísio Teixeira no XX Confasubra

SINTUFRJ e CIS cobram do reitor programas da carreira

Fotos: Cicero Rabello

Os dirigentes do SINTUFRJ, Iaci Azevedo, Francisco de Assis, Jéferson Salazar e Nivaldo Holmes, com o coordenador-adjunto da Comissão Interna de Supervisão (CIS), Roberto Gomes, se reuniram no dia 4 de junho com o reitor Aloísio Teixeira, o pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso Mariz, e o chefe de gabinete, João Eduardo Fonseca, para cobrar a implantação de programas que constam da carreira da categoria.

Além da necessidade de institucionalização da CIS, a categoria, como explicou Francisco de Assis, aguarda pelos programas de avaliação de desempenho, capacitação, qualificação e dimensionamento de pessoal. Segundo Jéferson Salazar, os programas já estão defasados na UFRJ e era necessário dar uma injeção de ânimo para que as coisas acelerassem.

Iaci Azevedo disse que a categoria não está com prejuízo financeiro no que diz a respeito às progressões adquiridas em função da avaliação de desempenho, mas que o avanço dos programas na UFRJ, a maior universidade federal do país, significa o fortalecimento da carreira. Ela lembrou que o espírito da avaliação prevista na carreira leva em consideração elementos como ambiente de trabalho, equipe, metas.

Jéferson ponderou que há iniciativas de capacitação, mas muito individuais. “O que não é ruim, mas iniciativas institucionais podem levar a um corpo técnico-administra-

tivo mais bem preparado. A Universidade ganha, o servidor ganha e a sociedade também”, disse.

Diferente — Segundo o pró-reitor de Pessoal, Luiz Afonso, o novo modelo de avaliação que a PR-4 prepara tem a apreciação do chefe, do próprio servidor e do grupo em que trabalha, e o chefe também é avaliado.

Haverá reuniões com os departamentos de Recursos Humanos para discutir o documento: “Nossa avaliação (da PR-4) é que a proposta é boa, completamente diferente do que vinha sendo feito.”

“Mas não vi o senhor se referir a metas. O setor tem que avaliar se metas foram alcançadas ou não, se houve infraestrutura e condições de trabalho”, ponderou Iaci. Afonso garantiu que as metas estão no projeto.

Segundo o reitor, antes da proposta ser apresentada, devem ser feitas audiências públicas para dar conhecimento do projeto aos interessados e recolher contribuições. Entre as sugestões que apontou está ainda a de que houvesse avaliação também pelos usuários do serviço.

Nivaldo ponderou que o objetivo da avaliação não é punitiva, mas corretiva e que os servidores devem ser avaliados pelos alunos.

“A gente está atrasado”, reconheceu o reitor, “mas para a gente não atropelar, talvez seja mais importante abrir espaço para audiências públicas.”



SINDICALISTAS COBRAM da Reitoria o que a lei da Carreira garante à categoria

CIS

Roberto Gomes tocou num dos pontos-chave que dificultaram a institucionalização da Comissão Interna de Supervisão em três anos de mandato: a falta de infraestrutura, equipamentos, pessoal e de apoio da Administração. “A Comissão (que tem a finalidade de fiscalizar e acompanhar a implantação do Plano de Carreira, buscando a correção de falhas) poderia interagir com a Administração nos mais diversos pontos, como avaliação de desempenho por exemplo”, comentou.

“Assumo inteiramente a responsabilidade pela não criação de condições razoáveis para a CIS”, disse Aloísio Teixeira, para quem a falta de infraestrutura revela algo mais grave: as pessoas não valorizam muito se não houver esforço

para que funcione. A gente não pode permitir que a iniciativa seja jogada fora. “Quem é a CIS? São servidores, parceiros que podem trabalhar juntos com a Pro-Reitoria”, lembrou Iaci.

“Nesse espaço de discussão há uma cobrança, mas a gente não está em barcos diferentes. Se não fazemos isso agora, podemos não ter mais oportunidade. Vamos fazer!”, animou-se Teixeira.

Qualificação

Nivaldo Holmes disse que mais de dois mil servidores não têm ensino médio, acrescentando que a educação formal também está prevista na carreira. Ele sugeriu à PR-4 aplicação de projetos de qualificação com a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoal (Codep).

O reitor disse que gostaria de avançar nesta direção com dois componentes: educação formal, dando ao técnico-administrativo condições de se qualificar, completar o ensino médio, a graduação, ou a pós-graduação; e formação complementar qualificando o servidor com base em três eixos: foco no trabalho, na universidade e no país. Ele acrescentou que não há razão para que não se ofereçam vagas ociosas para os trabalhadores da própria universidade. Inclusive com oferecimento de apoio para que o servidor alcance essa possibilidade. “Temos que fazer isso este ano”, disse o reitor.

Iaci cobrou a promessa de um centro de valorização do servidor. O reitor garantiu que está previsto no Plano Diretor.

NCE: Reitoria não paga atrasados e indenização

O reitor da UFRJ se comprometeu com os trabalhadores do Núcleo de Computação Eletrônica (NCE) e o SINTUFRJ, mas não cumpriu com a palavra empenhada. No dia 4 de junho, Aloísio Teixeira informou aos 65 prestadores de serviço do Núcleo que tiveram o contrato encerrado em 31 de maio que a Fundação Universitária José Bonifácio (FUB) pagaria a eles os salários atrasados e indenização com todos os direitos trabalhistas assegurados até 9 de junho. Mas isso não ocorreu.

O Jornal do SINTUFRJ procurou a Fundação Universitária José Bonifácio na quarta-feira, dia 10 de junho, que informou que o pagamento da indenização e dos atrasados dos prestadores de serviço do NCE era de responsabilidade da Reitoria. O reitor foi procurado para falar a respeito, mas não foi encontrado. Através da assessoria

de imprensa da UFRJ, o chefe de gabinete do reitor, João Eduardo Fonseca, disse que desconhecia a tramitação do pagamento dos trabalhadores do NCE, e sugeriu que fosse procurado o superintendente-geral de Administração e Finanças, Milton Flores. A assessoria de imprensa informou que Flores já havia ido embora.

Preocupação com a UFRJ

Na reunião do dia 4 de junho, o coordenador-geral do SINTUFRJ, Francisco de Assis, solicitou ao reitor uma solução para a situação dos prestadores de serviço, e também manifestou preocupação com o funcionamento do Núcleo sem esses trabalhadores. O NCE é responsável pelo gerenciamento de toda a rede de informática da UFRJ. Jéferson Salazar, também coordenador-geral do Sindicato, reforçou os argumentos de Francisco preocupado com quem iria assumir as atividades do Núcleo



REITOR NÃO GARANTE direitos prometidos aos prestadores de serviço do NCE

daqui por diante.

O reitor disse na ocasião que não poderia assumir o compromisso de continuar pagando os salários dos prestadores de serviço do NCE e que eles estavam sendo dispensados por imposição judicial.

Sérgio Guedes, representante dos funcionários no CEG e profissional do NCE, afirmou que qualquer baixa de funcionários do Núcleo pode

significar interrupção em alguns serviços. Nilson Theobald, coordenador de Educação do SINTUFRJ e trabalhador do NCE, acrescentou que no grupo dos 65 há profissionais fundamentais para sustentação de sistemas importantes para a UFRJ, como o SIGA ou SIRO.

Entre os dispensados do NCE encontra-se Newton Nascimento, que há 15 anos trabalhava na portaria

no NCE. Sérgio, 55 anos, que cuidava de equipamentos na madrugada, está preocupado com o futuro devido à idade. O não pagamento dos atrasados e da indenização no dia 9 revoltou os trabalhadores, a maioria devendo muito. “A gente está desempregado, mas com a indenização podemos recuperar o crédito”, disse Fernandes Lima, há 8 anos no NCE.

COMPLEXO HOSPITALAR

Categoria esclarece dúvidas nos debates organizados pelo SINTUFRJ

Foram dois debates, um no HU e outro no IPPMG, com a participação da comissão de instalação do complexo

A minuta do regimento do complexo hospitalar já foi entregue ao reitor para ser levada ao Conselho Universitário. Antes disso, a comissão encarregada de implantar o complexo e formular a proposta de regimento realizou seminários e audiências públicas para que a comunidade universitária fizesse propostas. O debate na universidade ocorreu por iniciativa da bancada técnico-administrativa no Conselho Universitário.

Como as dúvidas sobre o complexo persistiam, principalmente por parte dos técnicos-administrativos dos HUs, a Coordenação de Políticas Sociais do SINTUFRJ realizou dois debates na

semana passada, com a participação da comissão. Um, segunda-feira, 8, no HU, e outro, terça-feira, 9, no IPPMG.

No dois dias a mesa de debates foi composta pelos coordenadores sindicais Ruy de Azevedo dos Santos, Vera Lúcia e Carmen Lucia. Pela comissão participou no primeiro dia Nelson Souza e Silva, diretor do Instituto do Coração, e, no segundo dia, Marcelo Land, diretor do IPPMG. Os coordenadores-gerais do SINTUFRJ Francisco de Assis e Jéferson Salazar e os coordenadores de Comunicação, Ednea Martins e Nivaldo Holmes, e de Administração, Nilce Corrêa, estiveram presentes aos dois debates.

Fotos: Cicero Rabello



ELIONORA (à esquerda): preocupada com a centralização dos HUs no Fundão



NILCE CORRÊA, Jéferson Salazar e Francisco de Assis reforçam o debate no HU

Debate no HU

“O complexo hospitalar é o arcabouço para as fundações estatais?” e “Outras unidades serão trazidas para cá?” foram as dúvidas do representante da categoria no Conselho Universitário (Consuni) e funcionário do HU, Milton Madeira.

Nelson explicou que houve várias razões para a união das nove unidades hospitalares: trânsito de pacientes entre elas com a criação de um prontuário único, interação, complementaridade de serviços, além de atender à portaria do MEC, de 4 de abril de 2008, que determinava a criação das unidades orçamentárias em cada hospital. Em vez de nove, a UFRJ optou pela criação de uma só, a do complexo, passando a ter duas unidades orçamentárias. Em 2009, o complexo hospitalar terá orçamento de custeio próprio do MEC.

Nelson esclareceu ainda que a UFRJ, o Conselho Universitário e a comissão posicionaram-se contra as fundações estatais: “Não queremos fundações estatais; queremos custeio do MEC repassado pela universidade.”

Elionora Batista perguntou se o complexo levaria para o Fundão todas as unidades espalhadas pelo Rio, como o Hesfa. Ela citou o caso do Instituto de Doenças do Tórax (IDT), que funcionava no Caju, mas depois de sofrer intervenção e ter o diretor afastado foi levado para o HU.

“Jamais faremos o que fizemos com o IDT. Pode ser que alguma unidade venha para cá, mas só depois de discussão com as pessoas sobre o que é melhor para elas. Se trabalharmos em complexo, seremos a maior unidade hospitalar do MEC, com cerca de mil leitos”, afirmou Nelson.

Roberto Gomes, representa-

te da categoria no Consuni, questionou se houve espaços para sugestões ao regimento. Segundo Nelson, foram realizadas 66 reuniões e audiências públicas na UFRJ sobre o regimento. A comissão, segundo ele, absorveu as várias sugestões e agora o regimento vai ao Conselho Universitário. “Entregamos ao reitor no tempo limite (120 dias). Em dois ou três anos esse regimento terá que ser revisto para fazer mudanças de acordo com o funcionamento”, disse Nelson.

Francisco de Assis lembrou a importância do dimensionamento de pessoal e o exercício de 30 horas semanais para os trabalhadores dos hospitais. Ele apontou ainda a necessidade de fortalecer o serviço em unidades menores para que não sejam sugadas pelas maiores.

Jéferson Salazar parabenizou a Coordenação de Políticas So-

ciais pela realização do debate e lembrou a importância da decisão do Consuni de se manifestar por unanimidade contra as fundações estatais, porque limpou o campo em relação ao papel do complexo. O Consuni se manifestou a respeito por solicitação

do sindicalista, que integrava a bancada dos técnicos-administrativos no órgão. Segundo Jéferson, a criação do complexo é um avanço em termos de gestão de recursos, reafirmando que “fundação estatal na UFRJ é ponto vencido”.



NELSON SOUZA E SILVA, Ruy, Carmen Lucia e Vera Lúcia

COMPLEXO HOSPITALAR

Questionamentos se repetem no debate no IPPMG

“Não pretendemos interferir nos processos de autonomia das unidades como a escolha de diretor. Uma das características é que unidades participantes são autônomas”, iniciou sua explanação para as 40 pessoas presentes ao debate o diretor do IPPMG Marcelo Land.

Boaventura Souza Pinto foi o primeiro a perguntar: “Quem vai bancar isso financeiramente? E a prestação de contas? A mão de obra será celetista ou estatutária?”

Segundo Land, os hospitais do Ministério da Saúde têm injeção de recursos muito maior e é preciso garantir a posição do MEC de orçamentar os hospitais. Segundo ele, todos os hospitais universitários certificados têm contratos com gestores do SUS que avaliam metas. “Nós, dos HUs, queremos transparência para mostrarmos as desigualdades.”

Marcelo Land também enfatizou a posição clara do Consuni contra as fundações estatais para acabar com a suspeita de que a mudança afetaria o vínculo trabalhista. Francisco de Assis apontou a importância da realização do debate – assim como o fato da categoria ter cobrado no Consuni posição contrária à transformação dos HUs em fundações estatais – no momento em que a Fasubra pede mobilização devido à entrada do PL 92 em votação no Congresso Nacional.

“Em qual ministério o complexo está?”, perguntou Fernanda Costa. “O complexo foi criado na estrutura média da UFRJ, que passou a ter duas unidades orçamentárias. A gente não quer duplicar o aparato da UFRJ. Somos UFRJ, logo, somos do MEC”, esclareceu Land.

A coordenadora sindical Petrolina Diniz também manifestou preocupação com as fundações, assim como Ana Maria Costa, extraquadro do IPPMG. Eles temem que os hospitais estejam sendo inviabilizados para serem transformados em fundações.

“Complexo é união em rede, não uma nova forma de organização. É parte da autarquia da UFRJ e somos ligados à administração direta do governo. Nossos funcionários têm que ser estatutários”, disse Marcelo Land, acrescentando: “Temos que mudar, mas não nesta direção.”

A coordenadora sindical Vera Lúcia quis saber se seria necessário um hospital central no Fundão e a respeito da escolha do coordenador do complexo.

Land explicou que muitas uni-

dades não podem sair de onde estão. Disse que um prontuário único ajuda mas não significa que haverá uma rede fechada de usuários. Quanto à escolha de dirigentes, respondeu que técnicos-administrativos, professores e alunos participarão da eleição, e que o conselho deliberativo terá representantes dos três segmentos e dos usuários. Caberá a esse conselho aprovar as diretrizes e o indicado para coordenador do conselho executivo.

Asindicalista Carmen Lucia quis saber detalhes sobre a integração das unidades em benefício dos pacientes, e aproveitou para reivindicar a implementação do regime das 30 horas, semanais. Marcelo Land explicou que essa integração tem que ser construída. Quanto ao regime de 30 horas, lembrou que houve o reconhecimento do direito para os profissionais do Ministério da Saúde. Mas Francisco de Assis solicitou que a jornada das 30 horas fosse levada em consideração no estudo do dimensionamento de pessoal.

Roberto Gomes voltou a solicitar atenção para a necessidade de integração das áreas de engenharia dos hospitais. Land pediu que ele colocasse a ideia no papel. O diretor do IPPMG ficou satisfeito com a iniciativa do SINTUFRJ de organizar o debate, pois atraiu o interesse pelo tema dos profissionais de “áreas de ponta”.

Foto: Cicero Rabello



VERA LÚCIA, Ruy, Carmen Lucia e Marcelo Land



NA PLATEIA, primeira fileira: Roberto Gomes, Francisco de Assis e Nivaldo Holmes

Veja alguns itens da proposta de regimento do complexo hospitalar entregue ao reitor e que será levada para aprovação do Conselho Universitário

- O Complexo Hospitalar tem por finalidade, entre outras, promover a integração das unidades que o constituem no âmbito administrativo, financeiro, acadêmico e assistencial – e gerir a Unidade Orçamentária (UO) do CH-UFRJ de acordo com diretrizes aprovadas pelo Deliberativo Superior, ouvido o Conselho Diretor Executivo.

- O Conselho Deliberativo Superior, órgão superior deliberativo, é composto por:

- Reitor da UFRJ, e na sua impossibilidade, o vice-reitor; e por decanos de Centro; diretor executivo do CH-UFRJ; 2 representantes do Conselho Diretor Executivo, 4 representantes da Faculdade de Medicina, diretores das unidades

- acadêmicas que tenham atuação direta nas unidades do complexo; 7 representantes do corpo docente das unidades do complexo; 4 representantes dos técnicos-administrativos; e 4 representantes do corpo discente; 4 representantes dos usuários do SUS.

- Os representantes dos técnicos-administrativos serão eleitos entre os funcionários efetivamente lotados nas unidades componentes do complexo hospitalar, através de eleição direta organizada por comissão eleitoral composta de acordo com o estabelecido no regimento desse conselho.

- O Conselho Diretor Executivo do Complexo Hospitalar da UFRJ, órgão executivo, tem a seguinte composição: diretores das

- unidades componentes do complexo hospitalar; diretor executivo do complexo hospitalar; 3 representantes do Conselho Deliberativo Superior; 3 representantes dos técnicos-administrativos; e 4 representantes dos alunos.

- Ao Conselho Diretor Executivo compete, entre outros pontos, gerenciar a Unidade Orçamentária (UO) do Complexo Hospitalar da UFRJ e a respectiva Unidade Pagamento (UPAG).

- Elaborar a proposta de quadro de pessoal para o CH-UFRJ, com base nas propostas emanadas de suas unidades componentes, bem como a estrutura de gratificações de seus servidores, e enviá-las para aprovação no Conselho Deliberativo Superior e nas instâncias superiores da Universidade.

- Elaborar os critérios e padrões de seleção de pessoal e encaminhá-los para apreciação e aprovação no Conselho Deliberativo Superior; e manter um programa permanente de desenvolvimento de pessoal.

- O Complexo Hospitalar da UFRJ é dirigido pelo diretor executivo, auxiliado por dois diretores adjuntos: diretor de Planejamento e Administração e diretor Acadêmico e Assistencial.

- O Diretor Executivo do CH-UFRJ será designado pelo presidente do Conselho Deliberativo Superior, após indicação do Conselho Deliberativo Superior com base na análise da lista tríplice de candidatos encaminhada pelo Conselho Diretor Executivo.

COMPLEXO HOSPITALAR

Relatório da CPI das Milícias é divulgado na UFRJ

Presidente da comissão da Alerj diz que a luta, agora, é pela implementação das medidas apontadas no documento

O relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Milícias da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) foi apresentado no dia 29 de maio no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFCH), na Praia Vermelha, acompanhado de debate. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, deputado Marcelo Freixo (PSOL-RJ), destacou os principais pontos do documento.

Depois de apresentar o resultado da CPI, o deputado afirmou que a luta agora é para que o documento provoque ações do poder público, tanto municipal quanto estadual e federal. Ele explicou que a resistência em esmiuçar a rede de crimes e descobrir os envolvidos só foi vencida com o sequestro de uma equipe do jornal *O Dia*. Segundo Freixo, as milícias são um dos maiores símbolos do crime organizado no Estado e atuam há nove anos, firmando-se através do poder econômico.

O trabalho realizado foi fruto de um esforço pessoal do parlamentar, que é referência na luta pelos direitos humanos em prol da população pobre. Por isso a iniciativa de promovê-lo no Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH), órgão do CFCH. A proposta da CPI foi de Marcelo Freixo e ficou mais de um ano arquivada na Alerj.

CPI aponta culpados e apresenta propostas

Depois de cinco meses da instalação da CPI, em junho de 2008, o relatório foi aprovado por unanimidade em dezembro. O documento contém 58 propostas e pede o indiciamento de 225 pessoas, incluindo integrantes do Poder Legislativo e da área de Segurança Pública do Rio. Os milicianos e seus representantes atuam exatamente no vácuo da ausência do Estado em relação à garantia de serviços básicos à população.

Foi realizado um levantamento da atuação das milícias,



Fotos: Cicero Rabello

MARCELO FREIXO ao lado do decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro. Deputado fala para um auditório lotado que as milícias são formadas em sua maioria por agentes da área de segurança pública



formadas em sua maioria por agentes públicos da área de segurança, policiais e bombeiros, que dominam diferentes comunidades através da ameaça e de práticas de extorsão. São grupos armados que movimentam cifras astronômicas e se perpetuam através de uma rede de corrupção envolvendo autoridades públicas. Somente este ano 64 acusados foram presos. Houve 78 prisões em 2008. “As prisões ajudam, mas não resolvem o problema. É preciso cortar o braço econômico do grupo. E aí está incluído a ação do poder público”, observa Freixo.

Até dezembro as milícias atuavam em 171 áreas, controlando a distribuição de gás, a concessão clandestina de sinal de TV a cabo, o chamado Gato-Net, e principalmente o transporte clandestino de vans e kombis. “Somente em Rio das Pedras, o faturamento com as vans era de R\$ 170 mil por dia”, revela. As milícias, segundo o deputado, chegam a cobrar R\$ 40 mil por um fuzil.

A visão de que a milícia é justiceira é desmistificada pelo relatório. Freixo informa que em 65% das áreas dominadas pelas milícias, não havia antes atuação do tráfico. Ele explica que o discurso da ordem e da moralidade pelo qual se sustentam só serve para encobrir sua real atuação, que se dá pela lógica do crime.

Projeto de poder

Marcelo Freixo ressalta que os milicianos têm um projeto de poder que deve ser combatido. “É preciso ficar claro que eles não formam um poder paralelo. Operam dentro da máquina. Essa é a maior ameaça das milícias.” O parlamentar esclarece que os seus representantes assumem funções públicas, como vereadores e deputados, e tentam, por exemplo, controlar atividades próprias do Estado, tais como distribuição da merenda escolar e indicações dos delegados da área, para ampliar o poder em territórios sob seu domínio.

Prática antiga

O relator da CPI das Milícias, deputado Gilberto Palmares (PT-RJ), declarou que os trabalhos foram encerrados com a convicção de que o fenômeno das milícias, embora seja recente, tem origem em práticas bem antigas ligadas à cultura histórica de violência contra camadas populares.

O deputado em seu relatório afirma que a prática das milícias, representada como “polícia mineira”, “justiceiros” ou “matadores”, se legitimou junto à população com a prática de eliminar fisicamente aqueles indesejáveis para a comunidade, como usuários de drogas, ladrões, autores de pequenos e grandes delitos.

“O bombardeio ideológico secular das classes dominantes, pregando a ordem e a repressão aos desvios, obviamente contaminou

segmentos da população, que em diversos momentos admitiu e até apoiou tais práticas”, mas as milícias acabaram extorquindo, intimidando e subjugando milhares de cidadãos através do controle de serviços de gás, transporte, telecomunicações, entre outros.

O relatório apontou inúmeras ações para acabar com as milícias, entre elas algumas a serem desempenhadas pelo Estado, das quais Palmares destaca:

- Que o Estado tome a iniciativa de propor, junto com o Ministério Público, uma discussão com empresas de serviços e sindicatos nas áreas de distribuição de gás, transporte, telecomunicações e outros, propondo um Termo de Conduta com elementos que corresponsabilizem a todos no apoio ao combate à exploração irregular e criminosas

de serviços;

- Instalar a Comissão de Ciência e Tecnologia da Alerj e as Secretarias Estaduais de Ciência e Tecnologia e Segurança Pública a promoverem evento conjunto com as operadoras de TV por assinatura e microempreendedores da área de telecomunicações;

- Encaminhamento a ANP (Agência Nacional de Petróleo) e o Sindgás (Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Gás Liquefeito de Petróleo), sugerindo a modificação do sistema de distribuição de gás, com efetivo cadastramento dos revendedores de botijões de gás e a fiscalização rigorosa dos locais de venda ao consumidor, além da criação de um sistema de identificação nos botijões, com número de lotes e unidades (código de barras).